



PRODUZINDO A HEGEMONIA - ANÁLISE DE REDES NA REFORMA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO À LUZ DO PENSAMENTO DE GRAMSCI

Rossano Rafaelle Sczip

O presente texto é parte de um esforço maior de compreender como se configurou a relação de forças nas disputas pelo Novo Ensino Médio no Brasil entre 2022 e 2024. A partir da análise da Consulta Pública instituída em 2023 para reformar a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017), buscamos responder de que modo as transformações nos processos de governo conduzem o Estado em direção à Governança em Rede e como essas transformações impactam na relação entre Estado e sociedade civil.

Para pensar a relação entre sociedade civil e Estado no contexto da reforma do ensino médio, adotamos a perspectiva gramsciana. Gramsci concebe a sociedade civil como um espaço de disputa pela direção intelectual e moral da sociedade, onde as classes sociais buscam construir e manter sua hegemonia. O Estado, por sua vez, é visto como o resultado das contradições presentes na sociedade civil e como a expressão da dinâmica das classes sociais antagônicas no movimento da política. A partir dessa perspectiva, a análise da Consulta Pública nos permite investigar como as diferentes forças sociais disputam a hegemonia no campo educacional e como o Estado busca mediar diferentes atores e interesses (Gramsci, 2001; 2012).

Cumprem papel essencial nas funções “organizativas e coercitivas” os intelectuais orgânicos, “‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, agindo para a produção do consenso e assegurando legalmente, por meio da coerção, a disciplina dos grupos que não consentem, seja ativa ou passivamente, a dominação (Gramsci, 2000, p. 21). Os intelectuais atuam como formadores de opinião, fortalecendo a hegemonia de seus grupos. Os aparelhos privados de hegemonia, por sua vez, fornecem o espaço e os mecanismos para a atuação dos intelectuais. São estas instituições que transmitem e buscam naturalizar as ideias



dominantes. A luta de classes, nesse contexto, extrapola a esfera econômica, permeando todas as dimensões da vida social na disputa pela hegemonia.

Para melhor compreender o movimento da política, a atuação APH e as redes sociais no contexto da reforma da reforma do Novo Ensino Médio (Lei 13.415/2017), adotamos como ferramenta analítica a Análise das Redes Sociais (ARS) (Minella, 2013, p. 188), a qual, a partir das contribuições da teoria dos grafos e da álgebra de matrizes, constitui-se em uma metodologia específica para o estudo das relações sociais. Para Minella, a ARS contribui para evidenciar relações e ordenações não identificadas previamente, permitindo a descrição e a análise de padrões de relação nela presentes. Trata-se de uma metodologia para o exame de dados relacionais. Com base em Callon (apud. Shiroma, 2011, p. 21-22), entendemos os intelectuais orgânicos como sujeitos influentes capazes de mobilizar lideranças e outras redes sociais de diversos tipos. São, portanto, os elementos que “unem os nós de uma rede, que colocam os atores e as organizações em relação”.

As análises preliminares por nós empreendidas aos 12 webnários realizados entre abril e julho de 2023, como parte do processo de consulta pública instituída em 8 de março de 2023 pela Portaria nº 399/2023 (Brasil, 2023a), evidenciou a participação de agentes públicos e organizações da sociedade civil, além de pesquisadores e pesquisadoras cujos estudos abordam o Ensino Médio.

O exame dos 12 webnários revelou, primeiramente, as relações institucionais, passadas e presentes, estabelecidas, de modo direto, pelos representantes de organismos da sociedade civil com instâncias governamentais, entidades não governamentais, instituições públicas e privadas nacionais e internacionais. Tal exame elucidou as vinculações entre tais indivíduos, bem como as organizações da sociedade civil por eles representadas, com outros organismos tais como bancos, empresas, institutos, fundações, etc. Esse segundo movimento, favoreceu no desvendamento das relações interinstitucionais que conectam os mais diversos institutos, fundações, grupos, empresas, etc., e as interconexões entre o global e o local. Por esse caminho, evidenciamos as



conexões que se criam entre as diversas entidades a partir da presença comum de um mesmo indivíduo ou instituição.

Para analisar as relações institucionais e interinstitucionais nacionais e globais em tela, recorremos ao software gratuito e de código aberto Gephi, uma ferramenta para visualização, análise e manipulação de redes e grafos. É um instrumento capaz de explorar dados complexos e relacionais, permitindo a criação de representações visuais intuitivas e interativas.

A ARS revelou que, dentre os seis convidados de instituições privadas os webnários, alguns transitaram entre a ocupação de cargos nas três esferas da administração pública, geralmente assumindo cargos importantes como secretários de Educação, chefias ou presidências de organismos governamentais ligados à Educação, e a participação ativa em institutos, fundações, etc., de caráter privado. Tal conclusão nos permitiu compreender, até aqui, que governança em rede não significa necessariamente a minimização do papel do Estado na definição de políticas. No entanto, a atuação dos organismos estatais parece estar atravessada pelas redes. Por fim, a ARS se mostrou um potente mecanismo para verificar a materialidade das relações de classe, que se estruturam e se formalizam por um amplo grau de relações, revelando interconexões institucionais para além das fronteiras nacionais compostas por multinacionais, holdings e conglomerados empresariais com presença em diversas partes do globo.

Palavras Chave: Estado; Hegemonia; Redes Sociais; Governança em Rede; Reforma do Ensino Médio.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. #MECAoVivo | Consulta Pública Ensino Médio | Webinário com Especialistas e Gestores Educacionais, 1 ao 12. [Canal do YouTube Ministério da Educação]. 25 abr./3 jul. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H9m8W-3mSeQ&list=PLdkRIVhGnljXr6UQlPhsKCFdTL8ziZb06>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 399, de 8 de março de 2023. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio.



Brasília, DF, 2023. Disponível em:
<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4227/portaria-mec-n-399>. Acesso em: 07 ago. 2024.

Minella, Ary Cesar. Análise de redes sociais, classes sociais e marxismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 2013, v. 28, n. 83 pp. 185-194. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092013000300012>. Acesso em: 15 set. 2024.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. (vol. 2 e 3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; 2012.

SHIROMA, Eneida. Oto. Redes sociais e hegemonia: apontamentos para estudos de política educacional. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; LARA, Angela Mara de Barro. (Org.). *Políticas para a educação: análises e apontamentos*. Maringá, PR: EDUEM, 2011, v. 1, p. 15-38.